

A EVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA NO CHILE THE DEMOCRATIC EVOLUTION ON CHILE

Por Gabrielle Éboli Sampaio

Resumo: A evolução da democracia nos países latino-americanos se deu de forma variada mas com variáveis comuns. O passado colonial, a dependência e constante intervenção estadunidense, e o impacto das ditaduras caracterizam um contexto vivido por esses países. O Chile, passado por todos esses, hoje em dia se encontra no meio das constantes pressões populares que ressoam com grande eco nas decisões políticas do país atualmente. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar essa evolução democrática no país e o porquê deste resultado destoar de alguns dos seus vizinhos latino-americanos.
Palavras-Chave: Chile. Democracia. América Latina.

Abstract: The democratic evolution on Latin American countries has happened in many different ways but with variables in common. The colonial past, the dependency and the constant American interference, and the impact of the dictatorships characterize a context lived by all these countries. Chile, which has passed by all of this, nowadays is found in the middle of constant popular pression that resonate with a big echo in the country's actual political decisions. In this regard, this paper searches to analyze this democratic evolution in Chile and understand why this outcome differs from the ones followed by its Latin American neighbors.
Key-Words: Chile. Democracy. Latin America.

INTRODUÇÃO

O Chile, como os outros países da América Latina, possui uma história marcada pelas diversas interrupções sofridas, ao longo de sua história, no que tange a evolução democrática do país. Inicialmente colonizado pela Coroa Espanhola, o país passou por uma grande dificuldade na configuração de suas fronteiras devido à falta de uma definição concreta por parte de seu colonizador (LACOSTE, 2003). Enquanto a oficialização das

fronteiras conforme conhecemos hoje se deu através do tratado de 1881¹, a tensão armamentista entre os dois países só foi se resolver em 1902, com a assinatura dos Pactos de Mayo².

Além disso, ao longo do século XIX, o Chile se envolveu em uma série de eventos que complicavam sua unificação em torno da estabilização da República, como a guerra do Pacífico que, apesar de ter transformado o país na potência naval do Pacífico Sul, custou a ambição chilena sobre os territórios da Patagônia, levando assim sua assinatura do tratado de 1881 de limites, objetivando evitar uma guerra com duas frentes.

Já no século XX, a democracia chilena sofreu com uma de suas maiores rupturas através do golpe militar que derrubou o então presidente eleito democraticamente, Salvador Allende, e levou ao poder o militar Augusto Pinochet, em uma das ditaduras da América Latina mais sangrentas e duradouras, de 1973 a 1990. É válido ressaltar que o regime militar de Pinochet foi incentivado pelo governo estadunidense, no contexto da guerra fria, sendo apoiado pela própria CIA e deixando cerca de 3 mil mortos ou desaparecidos³, tal qual exilou cerca de 200 mil chilenos (WRIGHT, 2005).

Atualmente, mesmo sendo uma democracia recente, o Chile tem sido mostrado um país favorável às reivindicações populares, como visto nas manifestações do ano de 2019, no qual a principal demanda era referente ao aumento de preços nas tarifas de transporte e de eletricidade. No entanto, as reivindicações mostraram o descontentamento do país com a grande desigualdade decorrente do modelo neoliberalista implantado no país. Como resultado, o presidente Sebastián Piñera anunciou uma série de medidas, chamadas de Nova Agenda Social (PRENSA PRESIDENCIA, 2019), que visam reformular a situação do país. Além disso, foi assinado em 15 de novembro um acordo transversal entre o governo e o Congresso no qual um Plebiscito Nacional (COOPERATIVA CL, 2019) será realizado em 20 de abril de 2020 com objetivo de ser redigida uma nova Constituição Política.

Nesse sentido, o presente artigo busca analisar a história chilena de forma a elucidar os fatores que contribuíram para a evolução da democracia do país, levando a uma vitória recente das pressões populares por suas demandas. Assim, o Chile atual representa um país onde a democracia se mostra em funcionamento e, apesar de não ser uma democracia perfeita, tem se mostrado favorável a novas mudanças políticas que permitirão uma maior participação popular.

BREVE HISTÓRICO COLONIAL

1 O tratado de 1881 foi assinado por Bernardo de Irigoyen, pela parte Argentina, e por Francisco de Borja Echeverría, pelo lado chileno, com o intuito de definir suas fronteiras a partir do princípio de *uti possidetis*.

2 Apesar da definição de fronteiras entre ambos os países em 1881, a tensão entre os dois países 2 começou a aumentar no final do século pela questão da Puna de Atacama, no qual fez os dois países entrarem em uma corrida armamentista. Os Pactos de Mayo, também conhecidos como tratado sobre equivalência naval, de paz e amizade pretendia amenizar a situação, estabelecer a amizade entre os dois países e evitar a expansão territorial.

3 CHILE country profile. BBC NEWS. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/country_profiles/1222764.stm

A história colonial chilena se dá de forma muito parecida com todo o contexto colonial na América Latina. A conquista do território centro-sul chileno se deu por volta de 1550 e, enquanto a parte norte do rio Bío-Bío foi conquistada de forma rápida, o sul chileno gerou certa dificuldade para os espanhóis devido aos índios (BOCCARA, 2007). Em 1598, ocorre uma revolta dos índios mapuches (também conhecidos como araucanos) na guerra do Arauco. Com a vitória indígena, foi estabelecida uma fronteira entre a dominação espanhola e a dos mapuches, ao sul do rio Bío-Bío

Apesar da resistência indígena, a conquista colonial foi bem sucedida. Esta constituiu o Reino do Chile, uma capitania-geral com sua capital em Santiago. Como capitania-geral, o reino do Chile se inseria dentro do vice-reino do Peru, o que significa que, como território de menor interesse econômico mas importante na questão militar, o Chile se encontrava administrativamente em uma posição hierárquica mais baixa, sendo assim governado pelo vice-rei do Peru.

A sociedade, no entanto, era a mesma. Baseada em estamentos, era pautada por uma baixa mobilidade social, sendo configurada pela seguinte hierarquia: conquistadores espanhóis, seus descendentes (conhecidos como criollos), os mestiços, a população indígena e a população escrava. Nesse sentido, os melhores cargos eram ocupados pelos conquistadores espanhóis e pelos criollos, caracterizando também sua participação política na administração do reino.

O Norte e o Centro, as cidades de Santiago e La Serena, com seus respectivos territórios jurisdicionais, eram o país pacificado, onde residiam as supremas autoridades da Governança. Ali era produzida a riqueza mineral, no Norte Chico, e a riqueza pecuarista e agrícola do Centro, que eram exportadas para o Peru. Os indígenas dessa região, já pacificados e distribuídos em encomendas e estâncias dos espanhóis e *criollos* (os povoados de índios que se conservavam até 1640 já eram muito escassamente habitados), sofrerão uma crescente mestiçagem biológica e cultural: o que já no século XVIII será a camada “popular” do Chile. A esses mestiços se agregarão negros, mulatos, cafuzos, brancos pobres. A sociedade assim configurada é aristocrática, no sentido de que classes sociais e raças estão plenamente hierarquizadas de forma piramidal; os valores e as formas simbólicas da classe superior são imitados e finalmente incorporados pelas camadas médias e inferiores (MARTINS, 2016, p. 222).

Com a invasão napoleônica e a clara falta de representatividade que as antigas colônias tinham na Junta Central⁴, a oligarquia de cada região começou a se revoltar, exigindo igual na participação política na luta contra a invasão napoleônica. Ao perceber que a Junta Central pretendia manter o poder centralizado na Espanha peninsular, as juntas americanas começaram uma série de revoltas que desembocaram em um grande número de independências na América Latina, devido a fragilidade da Coroa espanhola nesse contexto.

No ano de 1818 o Reino do Chile se torna um governo independente. Os principais nomes referentes a independência chilena são Bernardo O’Higgins⁵ e o general José

4 A Junta Suprema Central y Gubernativa del Reino foi o organismo executivo e legislativo espanhol durante a invasão napoleônica.

5 Considerado o pai da pátria chileno, O’Higgins vinha de uma família oligárquica e foi o primeiro

de San Martín⁶. Após sua primeira derrota contra o governo espanhol em 1814, O'Higgins se exila na Argentina onde, com a ajuda de San Martín, elaboram um plano para recuperar o Chile e torná-lo definitivamente independente. Em 1817, tropas atravessam a Cordilheira dos Andes em uma empreitada arriscada: dividir o exército para atacar as tropas espanholas em pontos diferentes do território chileno. A tentativa foi bem sucedida e o Chile finalmente se tornou independente. É válido ressaltar que a independência foi organizada pelos *criollos*, filhos de espanhóis nascidos na América, tomados pelo sentimento nacionalista, o que significa que o poder continua nas mãos da elite.

O CHILE NO SÉCULO XIX

O século XIX para o Chile, após a independência foi marcado por uma série de guerras que fizeram parte do histórico político do país. A guerra contra a confederação Peru-Boliviana de Santa Cruz (1836-1839)⁷, a guerra naval contra a Espanha (1864-1866)⁸, a guerra do Pacífico (1879-1883)⁹, a guerra civil de 1891 e a “pequena guerra” travada contra os indígenas.

Todos esses conflitos geraram um forte sentimento nacionalista no Chile. Contudo, apesar desse forte sentimento é válido ressaltar que todos os empreendimentos políticos e militares foram realizados pela elite crioula e, mesmo que houvesse apoio popular, eram vistas a partir da perspectiva da elite vigente.

A nacionalidade chilena foi formada por um Estado que antecedeu a ela, à semelhança, nisto, da Argentina; e diferentemente do México e do Peru, onde grandes culturas autóctones prefiguraram os Vice-reinados e as Repúblicas. Durante a Colônia, desenvolve-se um sentimento regional crioulo, um amor “à pátria” em seu sentido de terra natal [...] (MARTINS, 2016, p. 228).

Após o período caótico de 1823 a 1830, o Estado nacional chileno se consolida através do conceito de Estado portaliano, com a vitória dos conservadores sobre os liberais na

chefe de Estado do Chile

6 General argentino que no contexto das independências hispano-americanas ajudou na independência da Argentina, Chile e Peru.

7 Em 1836, o governo peruano aumentou a tarifa sobre o trigo chileno, que teve como resposta o aumento da tarifa sobre o açúcar peruano por parte do governo chileno. Após o aumento das tensões, em 21 de agosto do mesmo ano o governo chileno ataca um navio confederado atracado em Callao. A Argentina também se envolve no conflito por não aprovar a interferência da confederação em assuntos nacionais. Em 1839, o presidente peruano Agustín Gamarra declara o fim da confederação e conseqüentemente da guerra contra o Chile e a Argentina, mas apenas em 1842 que ambos Peru e Bolívia assinam um acordo de paz

8 Em 1862, a Espanha bombardeia os portos de Valparaíso (Chile) e Callao (Peru) como uma tentativa de recuperação de suas antigas colônias. Como consequência, Chile e Peru se unem contra o ataque espanhol. O acordo de paz entre Espanha e Peru foi assinado em 1879, enquanto entre Chile e Espanha em 1883.

9 Guerra entre Peru, Chile e Bolívia. A guerra se inicia com a disputa entre Bolívia e Chile pelo deserto de Atacama devido aos depósitos de guano e salitre na região, de grande valorização na época. O Peru, como aliado da Bolívia, tentou mediar o conflito mas a falta de garantia de sua neutralidade fez com que o Chile também lhe declarasse guerra em abril de 1879. Ao fim do conflito, o litoral boliviano e as províncias de Antofagasta e Tarapacá passam ser chilenas. Além disso, o Chile se consagra como potência militar dominante no Pacífico Sul.

guerra civil de 1829. Portales era empresário e foi ministro do governo do presidente José Joaquín Prieto. Seu pensamento político marcou o nascimento do Estado chileno e teve seu fim em 1891 com a guerra civil chilena. A premissa do Estado portaliano era constituída através de um governo forte e centralizado, no qual a obediência que antes era designada ao rei passa a ser concedida a um conjunto de normas e leis que possuem legitimidade.

Entretanto, apesar de importante na criação da Constituição de 1833, para Portales esses eram apenas mecanismos legais necessários para garantir a existência do Estado perante os cidadãos. O importante referente ao pensamento portaliano é que ele conferia discricionariedade ao Poder Executivo. Esse Estado, entretanto, era pautado em uma aristocracia baseada em uma espécie de “troca de favores”: enquanto o governo fornecia uma lista de amigos do governo, aos prefeitos e governadores, para que estes fossem eleitos parlamentares, a aristocracia de proprietários de terra mantinham esse governo, favorável a seus interesses. Assim, “o regime portaliano pressupõe que a aristocracia é a classe em que se identifica o nível social, e todos os seus interesses anexos, com a qualidade moral de preferir a ordem pública ao caos.” (MARTINS, 2016, p. 235).

Esse regime durou quase 60 anos. Todavia, a partir dos anos 1860 a classe aristocrática começou a sofrer mudanças. Não apenas composta por proprietários de terra, esta agora compunha mineradores, pioneiros do salitre, comerciantes, agricultores, banqueiros e estrangeiros em ascensão política. Essa aristocracia passa a querer mudar as bases do Estado portaliano, de um liberalismo autoritário para um liberalismo mais ideológico. A ideia de liberdade suprema passa a ser almejada pelo Congresso a partir de 1870, indo de encontro ao vasto poder executivo e ao sufrágio universal — este sufrágio não significa voto para todos, apenas para homens maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever.

O embate entre a visão portaliana e o objetivo liberal da aristocracia tem seu ápice na guerra civil de 1891. Também conhecida como Revolução de 1891, a guerra civil chilena de 1891 teve como principais causas as disputas de poder entre o Congresso e o então presidente José Manuel Balmaceda. O exército chileno é dividido em dois, cada qual apoiando um lado, sendo os motivos da revolta contra o governo de Balmaceda sua tendência de um nacionalismo econômico, indo de encontro aos interesses aristocráticos, principalmente aqueles provenientes da aristocracia estrangeira; e sua intervenção referente à sucessão presidencial. Apoiados pela Marinha, majoritariamente composta por aristocratas, e por uma parte do Exército, os Congressistas vencem o conflito. No entanto, é válido ressaltar que o fim do regime portaliano vem através de uma revolução aristocrática, comandada pela classe dominante.

Em 1891, dissemos, termina o regime portaliano e termina também o longo período do Chile guerreiro. Nesse momento, o Chile aparece para nós cartograficamente muito diferente do Chile de 1810. Acrescentaram a ele o imenso território que vai desde o Deserto de Atacama até Tacana e Arica e, com o achatamento da resistência araucana, o que vai desde o Bío-Bío a Valdivia. No extremo sul, ocupou o estreito de Magalhães e a Terra do Fogo, que começou a ser dividida em grandes estâncias de gado bovino. Por outro lado, perdeu seus direitos históricos sobre a Patagônia, e terá também que renunciar em 1899 a suas pretensões sobre a totalidade da Puna de Ata-

cama, que formava administrativamente parte do território boliviano anexado pela vitória, mas que a Bolívia cedeu secretamente à Argentina (MARTINS, 2016, p. 256).

O CHILE NO SÉCULO XX

A Constituição de 1833 se estendeu, com emendas, até 1925. Contudo, a virada do século trouxe novos atores para a história política chilena. Já em 1906, os trabalhadores da indústria salitreira marcharam demandando melhores condições de vida e trabalho pela cidade Iquique. Apesar de um movimento pacífico, o Estado declarou Estado de Sítio e abriu fogo contra os trabalhadores que se encontravam abrigados em uma escola. O resultado ficou conhecido como Massacre de Santa Maria de Iquique, deixando mais de 800 mortos. Porém, mostrava que as camadas sociais mais baixas estavam dispostas a mudar o cenário antes vivido.

A estabilidade econômica chilena, todavia, não duraria muito. Com a diminuição drástica da demanda internacional do salitre e a crise de 1929, o país se viu em uma completa crise interna, econômica e política. Com a situação caótica, a população foi para as ruas, transformando a cidade de Santiago em um palanque de movimentos sociais. Como consequência, o governo do general Ibáñez del Campo foi deposto em 1931. A política chilena então foi tomada pelos partidos voltados para a esquerda, influenciados pela vitória da revolução russa.

Nesse contexto é criado em 1932 o Movimento Nacional Socialista do Chile. Entretanto, a ascensão de grupos fascistas e nazistas, fez com que o partido comunista organizasse uma Frente Popular de esquerda, objetivando alcançar o poder. Assim, em 1938 a Frente Popular vence as eleições com o governo de Aguirre Cerda. Este objetivou modernizar o país, a agricultura e incentivar a indústria para o desenvolvimento nacional. Além disso, “O governo da Frente Popular implementou um amplo programa de construção de 1.000 escolas básicas, e desenvolveu planos nacionais de saúde que foram pela primeira vez implementados no país.” (MARTINS, 2016, p. 39).

Entretanto, o modelo de modernização do Chile ainda permaneceu preso dentro da ordem liberal de 1925, comprometendo assim sua implantação completa e efetiva conclusão. Dessa forma, o governo da Frente Popular é conhecido como “Revolução Passiva”¹⁰, visto que trouxe novos debates e conquistas porém sem mudar completamente a estrutura do sistema. Apesar disso, o governo da Frente Popular garantiu um bom desenvolvimento econômico do país.

A partir de 1952, contudo, esse modelo não tem mais os resultados objetivados e o país sofre por outra crise. Nesse sentido, o Chile passou por diversos governos que demonstravam a deterioração de sua democracia, como o governo de Ibáñez do Campo (1952-1958), Jorge Alessandri (1958-1964) e Eduardo Frei Montalva (1964-70). Todos eram apoiados por partidos de direita, como tentativa de evitar a ascensão da esquerda ao poder novamente; enquanto o candidato da esquerda era Salvador Allende, o qual perdeu em todas as 3 eleições.

Esse cenário muda com a vitória de Allende em 1970. “O conceito de democracia

10 O termo Revolução Passiva deriva de Gramsci e significaria uma mudança através de reformas de forma não agressiva. Segundo Gramsci, esse modelo poderia ser aplicado em países onde a divisão de classes não fosse tão marcada, como o caso do Chile.

desenvolvido neste período focalizava a construção de ‘uma democracia real’, em contraposição ao conceito de ‘democracia formal’” (ARAVENA, 1994, p.55). Apesar da tentativa de resolução da crise que ocorria, o governo Allende encontrou diversas dificuldades para resolvê-las dentro do âmbito democrático. No entanto, seu objetivo de nacionalização do cobre, que representaria a “segunda independência do Chile” já que levaria ao caminho da independência econômica, desagradava opositores internos e externos. O chamado bloqueio invisível imposto pelos Estados Unidos dificultou o governo de Allende, piorando a crise econômica a partir de 1972 e comprometendo a governabilidade e estabilidade política do país. Além disso, a tentativa chilena de garantir sua estabilidade econômica através de relações com diversos países, mas principalmente com a União Soviética no contexto de Guerra Fria, contribuíram para a intervenção estadunidense contra o governo de Allende.

Nesse sentido, a crise interna que se seguiu dentro do Chile foi caracterizada por uma série de revoltas populares, a favor ou contra o governo, que tomaram o país. Esta, apesar de demonstrar o caráter democrático do governo, demonstrava também sua incapacidade, devido aos motivos acima citados e aliado a grande polarização dentro do país, em manter o cenário nacional estável.

As formas de expressão do poder popular foram múltiplas. As Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs), os Comitês Locais de Unidade Popular (CUPs), os Acampamentos e os Cordões Industriais foram as principais. Certas experiências adquiriram dinâmica própria e se tornaram independentes do governo, dos partidos majoritários e dos sindicatos, como foi o caso dos Acampamentos e dos Cordões Industriais. Outras resultaram de iniciativas oficiais, e sua criação constava do programa de governo da UP, como foram os Comitês Locais de Unidade Popular (CUPs), órgãos constituídos por todo o país durante o período da campanha de Allende nas eleições presidenciais de 1970 e as Juntas de Abastecimento e Preços, organismos ligados aos Ministério da Economia, que contavam com a participação popular para combater o mercado negro e o desabastecimento provocado pela sabotagem econômica dos empresários contrários ao governo (MARTINS, 2016, p. 64).

No dia 11 de setembro de 1973 foi aplicado o golpe militar no Chile que levou ao poder Augusto Pinochet. Nesse período até 1990, foi aplicada uma economia mais aberta, com foco na exportação e nos ganhos de vantagem comparativa. Esse modelo foi base imprescindível para o modelo econômico neoliberal que surgiu nos anos 90 no Chile, todavia, dele desprenderam altos custos sociais, políticos e democráticos.

O governo militar, em seu roteiro político, assinalou que seu objetivo era alcançar uma “democracia protegida”. Para tanto, definiu um itinerário político que se iniciou com o estabelecimento de uma nova Constituição Política. Nela se refletiam as concepções autoritárias. Um dos eixos essenciais estabelecidos estava baseado em evitar a efetivação da expressão da soberania popular. Os órgãos institucionais, em especial o Parlamento, não possuem plena representação democrática. O sistema eleitoral impede a expressão das maiorias. Mais ainda, o sistema binacional, adicionalmente, impede a representação de grupos minoritários significativos. A Constituição foi aprovada em uma consulta nacional em 1980 (ARAVENA, 1997, p.58).

O regime militar, marcado pela tortura, morte e exílio, foi um dos mais sangrentos da América Latina. Em 1980, é feita uma nova constituição que torna o governo em uma ditadura constitucional. “Salvaguardas constitucionais, introduzidas no texto sob a forma de “disposições transitórias”, atribuíam poderes autocráticos ao presidente [...]” (MARTINS, 2016, p.107), assim o presidente poderia declarar estado de emergência, de sítio e de guerra; além de poder nomear militar e remover políticos. Além disso, segundo a Constituição, Pinochet permaneceria à frente do governo por 8 anos. Após esse tempo, as autoridades militares indicariam um sucessor que, se aprovado em plebiscito sucessório, governaria por 8 anos e enfim seriam realizadas eleições livres. Em caso de reprovação no plebiscito, seriam convocadas eleições presidenciais dentro de um ano.

Este regime começa a perder suas forças a partir desta década, com a crise econômica de 1982 e uma série de manifestações conhecidas como protestas e, finalmente, o governo de Pinochet é derrotado no plebiscito sucessório de 1988. Não obstante, a intervenção estadunidense – comprovada anos depois no governo de Bill Clinton – e as marcas deixadas por um governo autoritário ainda são presentes na democracia chilena, principalmente no que se refere ao legado econômico que reverberou na década seguinte.

Com a derrota do governo de Pinochet, uma série de partidos opositores fizeram uma coalizão de centro-esquerda para concorrer às eleições de 1989, conhecida como *Concertación de Partidos Por la Democracia*. A vitória veio através do candidato Patricio Aylwin com 55,1% dos votos válidos. Já no que tange o Congresso, das 158 vagas (120 para a Câmara e 38 para o Senado), a *Concertación* conseguiu 93, garantindo sua representatividade devido ao seu perfil mais moderado. Entretanto, o foco na consolidação democrática, não permitiu que o governo de oposição desfizesse o legado deixado pelo regime militar.

Após o pleito, o ditador reafirmou que não aceitaria nenhuma mudança na Constituição de 1980 e, por meio de legislação ordinária, promoveu-se a regulamentação de vários de seus aspectos com o objetivo de resguardar prerrogativas das Forças Armadas e preservar o modelo econômico neoliberal. As únicas reformas constitucionais negociadas com a oposição foram as que aboliram a proscricção dos partidos marxistas, permitiram o aumento do número de senadores eleitos de 26 a 38 e estabeleceram a redução do mandato do presidente eleito em 1989 de oito para quatro anos. Essas reformas seriam aprovadas em um referendun realizado em 30 de julho de 1989, o que conferiu uma legitimidade ainda maior à Constituição de 1980 (MARTINS, 2016, p. 125).

A manutenção do sistema binominal eleitoral, de Pinochet e de seus seguidores em altos cargos públicos, tal qual o mantimento das elites que permitiram o regime militar, conhecidas como “medidas de amarre”, tiveram como objetivo impedir que a Constituição fosse futuramente mudada, em casos de maioria. Apesar de terem garantido a transição democrática, estas medidas, porém, foram de encontro aos próprios sistemas legais e intervenores deixados pelo regime, comprometendo assim uma transição democrática completa.

O período neoliberal que se segue sofre diversas críticas quanto sua credibilidade no quesito democrático. Para aqueles favoráveis ao modelo, a última década do século XX atingiu o esperado, o foco na economia reduziu o déficit e a inflação e ajudou no crescimento do país. En-

tretanto, aqueles desfavoráveis ao modelo neoliberalista alegam que o mesmo foi responsável pelo aumento das desigualdades sociais, limitou o Estado e o submeteu a lógica dos mercados globais, fragilizou a democracia e priorizou liberdades individuais perante direitos coletivos.

O governo de Patricio Aylwin (1990-1994) foi configurado pela continuidade e foco na manutenção da economia, já o governo de Eduardo Frei (1994-2000) lidou com certa divergência dentro da *Concertación*, a questão da prisão de Pinochet e a contraditória repatriação do ex-ditador pela mesma. Por fim, o final dos anos 90 passou por uma crise econômica, o qual Eduardo Frei colocou em prática sua tentativa de inserção do Chile ao cenário internacional e a continuidade de adesão ao modelo neoliberal com uma reforma de Estado.

O CHILE ATUALMENTE

O Chile adentrou o século vigente com uma série de desafios a sua frente. Ricardo Lagos (2000-2006), iniciou seu governo tendo que enfrentar a desaceleração do crescimento econômico do país e o aumento do desemprego, além das disputas internas da *Concertación*. “O terceiro governo da *Concertación* não realizou o ajuste de contas com o passado, e acabou cedendo o passo a uma estratégia de “gradualismo de longo prazo”, eufemismo utilizado pelos defensores da continuidade do modelo neoliberal” (MARTINS, 2016, p.152). O governo de Lagos não cumpriu com a promessa de uma nova Constituição, porém as reformas constitucionais legitimaram e consolidaram o modelo neoliberal no país. Apesar disso, as reformas excluíram parte do legado ditatorial como a eleição indireta dos senadores vitalícios, a imobilidade dos chefes militares e o papel tutelar das Forças Armadas. Contudo, não combateu o sistema binominal nem convocou uma Assembleia Constituinte, apesar de instituir o voto facultativo. “Ao conferir às reformas o caráter de uma Nova Constituição, que deixou de ter a assinatura do general Pinochet e passou a ter a sua, Lagos acabou bloqueando a discussão futura sobre o tema” (MARTINS, 2016, p. 154).

Sua sucessora, Michelle Bachelet (2006-2010), teve como principais objetivos o combate à desigualdade sócio-econômica e a exclusão política do país. No entanto, para isto seria necessário o estabelecimento de uma nova Constituição que acabasse com o sistema eleitoral binominal e a falta de representação política das minorias no parlamento. Entretanto, a possibilidade de uma nova Constituição estava fora de cogitação devido às reformas impostas por Lagos. Assim, Bachelet buscou dialogar com as minorias e os movimentos sociais. Todavia, a presidente teve dificuldades em manter sua governabilidade devido ao sistema de “presidencialismo suprapartidário”, ou seja, troca de apoios e privilégios entre o Executivo e Legislativo. Entretanto, apesar das dificuldades e do apoio às minorias, Bachelet manteve grande parte do sistema neoliberal do país, o que ocasionou uma série de manifestações no país, como a manifestação estudantil de 2006 que revogava a mercantilização e privatização do ensino deixados pela ditadura e mantidos pela *Concertación*.

Em 2010, porém, o primeiro presidente de direita é eleito no Chile desde 1958 com Jorge Alessandri. Sebastián Piñera utilizou dos erros da *Concertación* e das dificuldades do seu progressismo para surgir como uma nova via, se afastando assim do ex-ditador Pinochet. Seu discurso empresarial aplicado ao sucesso do Estado, aliado com a insatisfação popular com

o progressismo chileno em realizar mudanças contra o sistema neoliberal fizeram com que o mesmo fosse eleito. Apesar disso, Piñera não realizou os desejos da direita, muito menos conseguiu satisfação popular, o que levou a reeleição de Bachelet em 2014, com promessas de Reforma Tributária, a Reforma Educacional e a Reforma Eleitoral, tal qual uma nova Constituição.

Apesar de não ter conseguido realizar uma nova Constituição, em seu segundo mandato (2014-2018), Bachelet conseguiu aprovar uma mudança no sistema eleitoral chileno, instituindo um sistema parcialmente proporcional, garantindo assim maior representação política da população. As principais demandas populacionais – saúde, educação e previdência – ainda não são previstas pela atual Constituição como obrigação do Estado

A reeleição de Piñera em 2018 mostra a dualidade frágil da democracia chilena que atualmente se encontra insatisfeita com seu formato. Piñera se recusou a aprovar o projeto de lei enviado por Bachelet, no qual previa a inviolabilidade dos direitos humanos, o estabelecimento do direito à saúde e à educação, e a igualdade salarial para homens e mulheres. Todavia, o governo atual chileno vem sofrendo forte repressão popular contra o sistema mantido desde a Constituição da ditadura de 1980.

Iniciada com a insatisfação popular perante o alto preço das tarifas de transporte e de eletricidade, as greves e manifestações de 2019 também exigiam melhores condições de vida. Além disso, o anúncio de Piñera sobre um possível processo de mudança da Constituição causou rebuliço, já que o presidente pretendia realizar um Congresso Constituinte, ao invés de uma Assembleia como era pedido pelos manifestantes. Os protestos continuaram mesmo com a diminuição no preço da passagem do metrô e foi decretado Estado de emergência no país. Além disso, tropas das Forças Armadas foram colocadas nas ruas e um toque de recolher instaurado pela primeira vez desde a ditadura.

Com a continuidade dos protestos, Piñera instituiu uma série de medidas que objetivavam conter o descontentamento populacional na chamada Agenda Social. Esta compunha algumas medidas como referentes à mudanças no sistema pensionário, na saúde pública, criação de um salário mínimo e de um mecanismo de estabilização das tarifas elétricas, criação de um imposto complementar de 40% sobre rendas mensais superiores a 8 milhões de pesos, criação de uma defensoria de vítimas, maior equidade entre as comunas, redução dos salários do parlamentares, seu número e limitação de reeleições, estabelecimento de projetos de ajuda social e de um plano de reconstrução após as violências ocorridas durante as manifestações. Por fim, Piñera declarou que um Plebiscito Nacional será realizado em 20 de abril deste ano, no qual uma nova Constituição será redigida, seguindo o voto popular sobre como esta deve ser feita.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o Chile, apesar de toda sua história, tem conspirado para uma mudança política histórica devido a força das pressões populares em suas reivindicações. No entanto, percebe-se uma forte dificuldade do governo chileno, principalmente atual, em ir de encontro à essas mudanças devido ao histórico antidemocrático do país e as políticas deixadas por antigos representantes. Assim, “Depois de vinte anos

de *Concertación*, o Chile permaneceu sendo a única democracia no mundo com uma Constituição imposta pela ditadura. Enquanto em outros países latino-americanos se multiplicavam experimentos progressistas pósneoliberais, no Chile o neoliberalismo se legitimou e se consolidou como ideologia dominante” (MARTINS, 2016, p. 158).

Dessa forma, fica evidente que o legado ditatorial ainda se encontra presente na democracia chilena e que os resquícios do autoritarismo e da exclusão social e política da população só será vencida com a elaboração e aprovação de uma nova Constituição que garanta esses direitos básicos. Além disso, é de suma importância que uma nova Constituição chilena rompa com a lógica neoliberal imposta pelo governo de Pinochet e que teve sua continuidade nos anos seguintes, visto que essa é responsável por grande parte da exclusão sócio-econômica e política da população no que tange o cenário nacional.

Por fim, espera-se que as forças evidenciadas nas reivindicações populares vistas no ano de 2019 continuem tendo sua força e sejam consagradas no Plebiscito Nacional que ocorrerá em abril deste ano, significando assim, finalmente, o fim do legado ditatorial no país e a instituição de um período progressista e democrático que leve as demandas e necessidades populares em consideração.

Referências Bibliográficas

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional (1964-1997). *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (2), 1997, p. 49-75.

CHILE country profile. BBC NEWS. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/country_profiles/1222764.stm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **La sociedad colonial**. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-545651.html>. Acesso em: 20 mar.2020.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.56-72. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413=77042007000200005-&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

ENTENDA a onda de protestos no Chile. **G1**, 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 02 abril 2020.

FUENTES, Claudio A. Democracia en Chile: Instituciones, Representación, y Exclusión. **XXVI Congreso Internacional de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, LASA**, 2006, 31 p.

HERALDO MUÑOZ. A democracia no Chile. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 dez. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/03/opiniaio/9.html>. Acesso em: 02 abril 2020.

HISTÓRICO: Los chilenos definirán, en Plebiscito, si hay nueva Constitución y su mecanismo. **Cooperativa.cl**, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/manifestaciones/historico-los-chilenos-definiran-en-plebiscito-si-hay-nueva/2019-11-15/012059.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LACOSTE, Pablo. **La imagen del otro en las relaciones de la Argentina y Chile (1534-2000)**. 2003, 222 p.

MARTINS, José Renato Vieira. **Chile**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, 478 p.

MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, p. 65-85, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 abril 2020.

POR que o Chile ainda tem uma constituição da ditadura? **O Globo**, Santiago, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-por-que-chile-ainda-tem-uma-constituicaoda-ditadura-24082970>. Acesso em: 02 abril 2020.

PRESIDENTE decreta estado de emergência após protestos em Santiago. **G1**, 19 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/19/presidente-do-chile-decreta-estado-de-emergencia-apos-protestos-em-santiago.ghtml>. Acesso em: 02 abril 2020.

PRESIDENTE Piñera anuncia Agenda Social con mayores pensiones, aumento del ingreso mínimo, freno al costo de la electricidad, beneficios en salud, nuevos impuestos para altas rentas y defensoría para víctimas de delitos. **Prensa Presidencia**, 23 out. 2019. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=123766>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SINDICATOS chilenos fazem greve geral, enquanto peso despenca. **O Globo**, Santiago, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/sindicatos-chilenos-fazem-grevegetal-enquanto-peso-despenca-24076948>. Acesso em: 02 abril 2020.

WRIGHT, T.C; OÑATE, R. Chilean Diaspora. In: Ember, M.; Ember, C. R.; Skoggard, I., **Encyclopedia of Diasporas: Immigrant and Refugee Cultures Around the World, II**, 2005, pp. 57-65